



5 Anos ao serviço de Portugal



PÁG.03

EDITORIAL CARLOS COELHO

PORTUGAL!

Sem nacionalismos balofos, o PSD definiu sempre, com precisão, o papel dos Deputados europeus:

Eleitos pelos portugueses para os representar no Parlamento Europeu cabe-nos defender o interesse comum numa Europa que queremos mais forte e eficaz acautelando os legítimos interesses nacionais.

Por isso dissemos há 5 anos e reafirmámos agora: **Eleger Deputados portugueses ao Parlamento Europeu tem de significar eleger verdadeiros Embaixadores do interesse nacional.**

Foi essa a nossa postura nos últimos 5 anos. Será assim também nos próximos cinco.



Parlamento Europeu aprova

Taxas Reduzidas IVA para PME's

No âmbito do pacote legislativo **Small Business Act**.

PÁG.05

Suspensão do desmantelamento sistema de quotas leiteiras:

propõe Duarte Freitas à Comissão Europeia

PÁG.11

Silva Peneda defende um único emissor de dívida pública

na UE para baixar custo do crédito

PÁG.2



Silva Peneda defende um único emissor de dívida pública na UE para baixar custo do crédito

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu debateu e aprovou o Relatório Ferreira sobre o **Plano de relançamento da economia europeia proposto por Barroso** em 28 de Janeiro. A comissão parlamentar alerta para a necessidade de se **evitar o risco de um regresso a políticas proteccionistas**, apela ao “efectivo lançamento” de uma vasta iniciativa europeia do emprego, a um “controlo rigoroso” dos planos de salvamento das instituições financeiras, à retoma dos empréstimos interbancários e à concessão de crédito aos particulares e às empresas.

O Deputado do PSD, Silva Peneda, defendeu o aumento do investimento, pois “é a única forma de inverter o crescimento do desemprego.”

Segundo Silva Peneda, para **haver mais investimento** é necessário que “o crédito seja acessível e barato, mas tudo aponta para que nos próximos tempos ele seja escasso e muito mais caro para países mais vulneráveis, como é o caso de Portugal.”

Estes países enfrentam dificuldades acrescidas de financiamento pelo que Silva Peneda defende **a possibilidade de passar a haver, a nível da zona euro, um único emissor central de dívida pública europeia**, que é, aliás, o cenário mais compatível com a sustentabilidade do euro a longo prazo.

Como explicou, nas actuais circunstâncias é **“imperioso reactivar o mercado de crédito europeu com atribuição de empréstimos responsáveis a empresas viáveis e às famílias.”**



Também as **ajudas financeiras a bancos e empresas devem ser bem direccionadas, temporárias, transparentes**, avaliadas em termos de **custo/benefício** e controladas rigorosamente.

Segundo Silva Peneda, a **“solidez e solidariedade”** do projecto europeu **podem estar em causa** e, por isso, é fundamental “agir de forma coordenada e respeitar as regras do mercado interno sem lugar a proteccionismos.”

Parlamento Europeu aprova Relatório contra a discriminação

Deputados do PSD não votam contra e demarcam-se da posição do Partido Popular Europeu



O Parlamento Europeu aprovou em Plenário um Relatório relativo à **Directiva para a Igualdade de tratamento entre as pessoas**. Trata-se de uma Directiva que visa regular com maior rigor a situação específica da **discriminação no local de trabalho e no âmbito do mercado de emprego**. Apesar do voto contra do Partido Popular Europeu, **Carlos Coelho**, coordenador dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu, afirmou que os Deputados do PSD se abstiveram na votação, pois apesar de discordar com diversos pontos incluídos na Resolução, **“nunca poderíamos**

votar contra um Relatório que é contra a discriminação.”

A terminar a sua intervenção, **Carlos Coelho** afirmou que **“em plena consciência”** não poderia **“votar contra uma Directiva que proíbe a discriminação entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.”**

“Trata-se também aqui de definirmos qual a Europa que queremos ajudar a construir. Eu sou claramente por uma Europa que

5 Anos ao serviço de Portugal

A primeira aposta do PSD passou pela **internet**, tendo **todos os Deputados** sites, sendo de sublinhar o esforço conjunto de todos para responder a todas as questões que nos chegam dos cidadãos. O PSD criou ainda o **único Dicionário de Termos Europeus** em Portugal, com mais de 600 entradas, e promoveu uma **campanha de esclarecimento sobre o Tratado de Lisboa** através de conferências, distribuição de um jornal com mais de 200 mil exemplares e uma brochura com perguntas e respostas com um enorme sucesso.

O PSD é ainda responsável por publicações que são regularmente distribuídas em escolas, universidades, sindicatos, como a **“Cronologia da Europa”**, fazendo ainda uma publicação regular sobre o trabalho realizado. **A Carta da Europa** em versão papel e electrónica chega todos os meses a mais de 73 mil pessoas.

Porque queremos uma geração com todas as ferramentas para actuar na Europa, o PSD investe regularmente na formação de jovens, através da **Universidade de Verão** e da **Universidade Europa** em colaboração com a **JSD** e o **Instituto Francisco Sá Carneiro**. Provando a qualidade destes formandos, criámos um **programa de estágios** para trabalhar com o grupo do PSD no PE.

DENTRO DO TRABALHO REALIZADO PELA EQUIPA DO PSD, CABE ASSINALAR ALGUNS PONTOS.

Vasco Graça Moura foi o Relator do PE para o **Programa Cultura 2007-2013**, para a Agenda Europeia para a Cultura num Mundo Globalizado, sobre o **Multilinguismo**, e ergueu sempre a voz pelos interesses nacionais, como o dossier do **sector têxtil**, onde foi um dos autores da Resolução aprovada.

Assunção Esteves foi a Relatora do PE para a **Agência Europeia para a Igualdade entre homens e mulheres** e responsável para a Reforma do Estatuto do **Provedor de Justiça Europeu**. Teve um papel activo na discussão de temas das **relações UE/Rússia**, ao nível dos Direitos Humanos.

Silva Peneda foi determinante em dossiers como a **Flexisegurança**, a **Directiva sobre o Tempo de Trabalho**, e o Relator para o **Fundo Social Europeu**, bem como o responsável do PE pela definição do **Modelo Social Europeu**. Foi ainda fundamental na negociação das **perspectivas financeiras 2007-2013**.

Sérgio Marques marcou a **Coesão Económica e Social**, dossier sensível para as Regiões Autónomas, e foi o Relator do PE para a **Parceria Reforçada com as Regiões Ultra Periféricas**, defendendo os apoios para a modernização e renovação das frotas de pesca da Madeira, a proibição do arrasto em torno da Madeira, Açores e Canárias. Participou ainda em nome do PPE nas **missões de observação eleitoral** na Venezuela, África do Sul, Equador e Colômbia.

Duarte Freitas lutou pela **Reforma da PAC** e **contra o fim das quotas leiteiras**, pela criação da **linha de financiamento para as Pescas e Assuntos do Mar**. Participou na discussão do **Pacote Clima**, liderando a luta no PE para a exclusão das RUP do comércio de licenças de emissão quanto à aviação.

Carlos Coelho assegurou a **Coordenação do GEPSD**, foi **Presidente da Comissão de Inquérito da CIA** assumindo a defesa do encerramento de Guantanamo e da protecção dos Direitos do Homem no combate ao Terrorismo. Defendeu que a Europa tem de ser sempre dos cidadãos, contribuindo para o **reforço do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça** nos temas da imigração e cooperação policial e judiciária. Foi o **Relator permanente do PE para o Sistema de Informação de Schengen** e para os Passaportes Biométricos, Participou ainda nas medidas contra o **tráfico de crianças**, obesidade e pornografia infantil.

João de Deus Pinheiro desempenhou as funções de **Vice-Presidente do PPE no PE**, com a responsabilidade da **Política Externa**, tendo estado envolvido em todas as posições do PE neste mandato, sobre temas tão diferentes como as relações UE/Rússia, UE/EUA, UE/China, UE/África, com o Irão e com a Turquia.

Com com base na intervenção de João de Deus Pinheiro na 3ª Universidade Europa na Curia.



3ª Universidade Europa Eurodeputados do PSD promovem formação sobre a UE

Ignácio Salafranca foi o convidado especial do evento, que contou também com participação via vídeo do Presidente do Parlamento Europeu e de Durão Barroso.

O Grupo de Eurodeputados do PSD, a Juventude Social Democrata (JSD), o PSD e o Instituto Francisco Sá Carneiro organizaram a 3ª Universidade Europa que é uma acção de formação sobre a União Europeia para os jovens quadros do PSD e da JSD, que teve lugar na Curia, de 20 a 22 de Março.

O encerramento contou com a intervenção

da Presidente do PSD, Dra. **Manuela Ferreira Leite** e do líder da JSD, **Pedro Rodrigues**.

O programa de formação incluiu dois Jantares-Conferência, o primeiro com o Director do *Bureau of European Policy Advisers*, **Prof. Doutor Vitor Gaspar** com o tema **"Crise Financeira: O que pode a UE fazer?"** e o segundo, no Sábado, com a Presidente da Associação Portuguesa de Jornalistas Europeus,

Teresa Sousa sobre o tema **"A U.E. está de Boa Saúde"**.

"Quem paga a U.E.?" foi o tema apresentado pelo Eurodeputado **José Silva Peneda** e o Coordenador do PPE na Comissão dos Assuntos Externos, **Deputado Ignácio Salafranca** respondeu à pergunta: **"A U.E. pode/ deve ter uma PESC?"**. **Carlos Coelho e Duarte Freitas**, ambos Deputados europeus explicaram **"Como funciona a U.E.?"**.

Na manhã de Domingo teve lugar um Debate entre os alunos com o tema **"Como combater a abstenção nas eleições europeias"** que foi precedido de duas mensagens vídeo dirigidas aos jovens participantes, do **Presidente do Parlamento Europeu Hans Gert Pottering** e do **Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso**.

Durante o almoço de Domingo o **Prof. Doutor João de Deus Pinheiro**, Vice-Presidente do PPE-DE, apresentou o **Balço de Mandato** dos eurodeputados portugueses, com a presença de jornalistas.

Os **70 participantes** foram seleccionados entre duzentos candidatos, tendo sido valorizado o seu CV, as respostas que deram a algumas questões na ficha de candidatura e também critérios de distribuição geográfica e equilíbrio de género e etário. Face ao elevado número de candidatos está já a ser programada uma quarta edição.

Neste evento foram também apresentados alguns materiais como brochuras, livros, dossiers temáticos e vídeos em suporte digital que permitam a estes jovens organizar eventos de formação nos seus distritos e concelhos sobre temas da União Europeia.



Parlamento Europeu aprova Taxas Reduzidas IVA para PME's



A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou um Relatório sobre **"taxas reduzidas do imposto sobre o valor acrescentado"**, apresentado no âmbito do pacote legislativo **Small Business Act**.

O Deputado Carlos Coelho lembra que **"o fomento às Pequenas e Médias Empresas é nuclear no Small Business Act"**. Segundo o Deputado do PSD, as **PME's** representam **"99% das empresas da União, responsáveis por mais de 100 milhões de empregos tendo criado, só nos últimos oito anos 8 milhões de postos de trabalho"**

O diploma discutido, que **"permite que determinadas empresas beneficiem de uma taxa reduzida de IVA"** visa, simultaneamente, tentar **"solucionar o mercado paralelo de emprego e apelar à criação de empresas legítimas"** tornando o mercado, ao mesmo tempo, mais competitivo e mais apelativo para as PME's.

Carlos Coelho manifestou ainda o seu agrado pela preocupação do diploma em proteger o Mercado Único **"aplicando as regras deste documento a empresas que operem apenas localmente, evitando distorções"** uma vez que, por querermos **"facilitar o funcionamento das PME's não podemos ferir**

princípios essenciais da União".

O **eurodeputado** considerou ainda que este tipo de iniciativas legislativas constituem **"um exemplo acabado das políticas a adoptar pelo Parlamento Europeu no campo económico"**.

No âmbito deste pacote legislativo foi já criado o **Regulamento geral de isenção por categoria**, e serão ainda apresentados à discussão o **novo estatuto europeu de empresa privada**, e uma alteração à **Directiva sobre atrasos nos pagamentos** para ajudar a garantir que as PME sejam pagas a 30 dias, como estipula o prazo.

PE pede a países europeus para "estarem preparados"

para aceitar detidos de Guantanamo

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou uma Resolução sobre o "repatriamento e a reinstalação dos detidos de Guantanamo". Na resolução aprovada o Parlamento Europeu pede aos Estados-Membros, "caso a Administração norte-americana o solicite" cooperem "na busca de soluções, a estarem preparados para aceitar reclusos de Guantánamo na UE, a fim de contribuir para reforçar o direito internacional, e a assegurar a todos, como prioridade, um tratamento justo e humano".



O Deputado do PSD **Carlos Coelho**, participou no debate que antecedeu esta votação e lembrou que "várias vezes este Parlamento pediu o encerramento da prisão de Guantanamo. Fomos acompanhados pelas outras duas instituições, Comissão e Conselho. Agora que a decisão foi tomada não pode haver equívocos quanto à nossa posição. Felicitamos vivamente o Presidente Obama por esta decisão, uma decisão que ele justificou pela necessidade de devolver aos Estados Unidos da América a autoridade moral de que goza perante o mundo."

Carlos Coelho prosseguiu dizendo que a decisão da Administração Bush de abrir Guantanamo, bem como o programa das *extraordinary renditions*, "abalaram essa autoridade moral dos Estados Unidos." Na sua opinião

"os fins não justificam os meios. Não é aceitável que se viole o direito internacional, que se exerça tortura, que se abram prisões secretas e que se façam desaparecer prisioneiros. Nos Estados de Direito, os detidos são apresentados à justiça e têm o direito a defender-se. Esteve mal a Administração Bush quando cometeu estes abusos, como mal estiveram os que, pelo aplauso conivente ou pelo silêncio envergonhado, foram cúmplices."

Segundo o Deputado do PSD, se os Estados Unidos da América "pedirem a ajuda da União

Europeia não a devemos recusar, como disse, aliás, o Comissário Barrot. Não abdicando da segurança dos nossos cidadãos, mas sem a utilizar como pretexto para não colaborar."

Para **Carlos Coelho**, é igualmente necessária a "colaboração dos Estados Unidos para ajudar a fazer luz sobre os atropelos que foram cometidos na Europa, para apurar responsabilidades e garantir que os mesmos crimes não se repetirão no futuro".

Relativamente aos Estados-Membros, o Deputado português considera que "devemos perguntar aos Estados-Membros e às instituições europeias o que fizeram para aplicar as recomendações que este Parlamento aprovou, em Fevereiro de 2007, e que explicação avançam para não o ter feito, se for o caso."

A terminar, **Carlos Coelho** ainda respondeu ao Deputado socialista **Claudio Fava** que na sua intervenção criticara **Durão Barroso**. **Carlos Coelho** afirmou: "É uma vez que o meu amigo **Claudio Fava** citou aqui o Presidente **Barroso**, creio que lhe é devida uma palavra de agradecimento porque, ao contrário do Conselho, que resistiu, mentiu e ocultou informação a este Parlamento, a Comissão Europeia teve um comportamento leal e prestou toda a colaboração às nossas investigações".

Carlos Coelho defende dia europeu

em memória das vítimas das máfias e a reutilização para uso social dos bens e capitais confiscados às organizações criminosas internacionais

O eurodeputado **Carlos Coelho** do PSD assinou uma Declaração Parlamentar com outros Deputados ao Parlamento Europeu sobre o dia europeu em memória das vítimas das máfias e sobre a reutilização para uso social dos bens e capitais confiscados às organizações criminosas internacionais.

Carlos Coelho e os restantes signatários

desta tomada de posição solicitaram que o dia 21 de Março fosse proclamado como o "dia europeu em memória das vítimas das máfias e da luta permanente contra elas", que deverá ser aproveitado para sensibilizar o público sobre a proliferação das máfias na sociedade.

Nesta Declaração, os Deputados pedem à Co-

missão e ao Conselho que regulamentem em matéria de reutilização para uso social dos bens e capitais confiscados às organizações criminosas internacionais;

Os Deputados pedem ainda à Comissão e ao Conselho que promovam iniciativas e apoiem os esforços desenvolvidos pela sociedade civil e pelas instituições na luta contra as máfias.

Sérgio Marques defende novo fundo estrutural

para reforçar a coesão territorial da UE

SÉRGIO MARQUES APRESENTA CONTRIBUTO PARA CONSULTA PÚBLICA LANÇADA PELA CE RELATIVO AO LIVRO VERDE SOBRE A COESÃO TERRITORIAL EUROPEIA

O Deputado do PSD **Sérgio Marques**, apresentou em Bruxelas o seu contributo para a Consulta Pública relativa ao Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia. Destacamos no seu contributo a sua proposta de criação de um Novo Fundo Estrutural para a Coesão Europeia, bem como a necessidade de aprofundamento do tratamento diferenciado para as Regiões Ultraperiféricas. Destaque igualmente para a necessidade de novos indicadores de leitura do desenvolvimento das Regiões.

NOVO FUNDO ESTRUTURAL PARA A COESÃO EUROPEIA

Sérgio Marques considera que o desenvolvimento regional "não deve ser financiado numa perspectiva isolada e de mero benefício exclusivamente regional" mas sim promovido com "proveito igualmente para o desenvolvimento integrado de todo o território da União Europeia." O Deputa-

do do PSD defende uma nova dimensão territorial da coesão.

Para tal, afirma ser necessária "uma abertura e vontade políticas sem precedentes dos Estados-membros", pois para pôr em prática a dimensão territorial da coesão serão necessários financiamentos. Nesse sentido **Sérgio Marques** propõe que seja preparado o quadro de apoio financeiro comunitário pós 2013, onde se incluiria já a criação de um Fundo estrutural afecto exclusivamente à concretização da nova dimensão territorial da coesão.

APROFUNDAMENTO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

Neste contexto **Sérgio Marques** defende que os territórios estruturalmente mais frágeis da União – designadamente, as regiões ultraperiféricas, as regiões insulares, as regiões de montanha, as regiões com fraca densidade populacional... –, devem ver aprofundado no âmbito da nova dimensão da coesão territorial o tratamento diferenciado que a UE lhes proporciona e reforçada a coerência das políticas sectoriais europeias na sua aplicação a estes territórios.



NOVAS APOSTAS PARA PROMOVER A COESÃO

No seu contributo, o Deputado madeirense lembra que promover a coesão territorial entre as regiões/territórios da União, não pode ser apenas assegurar boas ligações por transporte, para fazer circular designadamente pessoas e mercadorias. Na sua opinião é necessário promover "regimes satisfatórios de saúde, de educação, de criação de emprego, de protecção ambiental e de protecção civil."

Sérgio Marques defende que é preciso promover "energia sustentável; proporcionar o acesso à Internet por banda larga, boas telecomunicações e serviços postais bem como associar as empresas aos centros de investigação nacionais e internacionais."

NOVOS INDICADORES DAS REGIÕES COM PRIORIDADE DE APOIO

O Deputado do PSD defende também a introdução de novos indicadores quantitativo/qualitativo das regiões com prioridades de apoio, para efeitos da dimensão territorial da coesão. **Sérgio Marques** destaca por exemplo: as acessibilidades exteriores, a diversificação e competitividade dos sectores produtivos, o peso das actividades industriais, o nível de escolaridade da população, as actividades desenvolvidas no âmbito da investigação e da inovação, o acesso a cuidados de saúde, o acesso à internet de banda larga, telecomunicações e serviços locais, grau de dependência energética, vulnerabilidade ambiental, etc.

A imigração chama por uma ética de responsabilidade partilhada

Para a Deputada do PSD, **Assunção Esteves**, o Relatório Fava “**representa um momento de progresso e humanização nas leis de imigração**”. Ele deixa-nos um conforto moral que devíamos a nós mesmos desde a Directiva do Retorno.”

Segundo **Assunção Esteves**, a proibição geral do emprego de imigrantes ilegais “não está só a evitar um estado de ilegalidade endémica em matéria de imigração. Está, sobretudo, a evitar o potencial de exploração e aproveitamento da miséria humana que, em geral, vai ligada a esta espécie de emprego.”

Na sua intervenção em Plenário, a Deputada do PSD deixou três notas “**fundamentais sobre este Relatório**”:

- O relatório Fava **nega a perspectiva da imigração ilegal** que assenta numa fácil, mas inadmissível, condenação do imigrante

te e contrapõe uma resposta sistémica que **co-responsabiliza o Estado e o empregador**. É que o maior falhanço das políticas de imigração tem sido a ausência de uma resposta justa para a condição dramática do imigrante irregular, a vertigem penal a cair sobre o imigrante, o seu **estatuto de culpado em vez de vítima**.”

- “Traz ao espaço público europeu uma **ética de responsabilidade partilhada entre o Estado e as empresas**. O dever de supervisão prévia do empregador de controlar a residência do trabalhador tem o valor de uma competência atribuída aos privados que o republicanismo europeu muito pouco tem experimentado. Uma competência que aplaudimos, porque a defesa da legalidade e da ética pública não cabe apenas ao Estado, mas a todos.”

“**O relatório entra, por isso, nas fronteiras de um método político novo, que ou-**



tros relatórios deverão seguir.”

- “A terceira nota, porventura a mais fundamental, é esta **extraordinária abstracção que separa o dever de pagamento das remunerações do problema da legalidade da residência**. Simples ditado da moral universal, que diz que a humanidade pré-existe às regras do sistema jurídico e sobrepõe-se a elas.”

Pornografia infantil:

Parlamento Europeu aprova relatório que criminaliza “foruns” de pedófilos na internet

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu debateu um Relatório com várias recomendações ao Conselho relativas à **luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil**. Segundo **Carlos Coelho**, o Parlamento Europeu pretende criminalizar “**em todos os Estados-Membros**” o fornecimento de “**salas de conversação (chat rooms) ou de fóruns de pedófilos na Internet**.” Este Relatório sugere também que todos os cidadãos da UE que cometam crimes sexuais contra crianças dentro ou fora da União sejam abrangidos por uma “**lei penal de natureza extraterritorial comum a toda a UE**.”

Os eurodeputados propõem, por exemplo, a **criminalização**, em todos os Estados-Membros, do **aliciamento** (solicitar crianças para fins sexuais) e do **turismo sexual que en-**

volve crianças, o fornecimento aos pais de programas de fácil utilização que permitam bloquear o acesso das crianças a sítios Web pornográficos e a instituição de um sistema de alerta para crianças desaparecidas, a fim de melhorar a cooperação a nível europeu.

Na sua intervenção, **Carlos Coelho, criticou duramente os Estados-Membros que não aplicaram** a Decisão-quadro de 2003, que teve como objectivo “**aproximar as legislações dos Estados Membros no domínio da luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil**.”

Para **Carlos Coelho**, é fundamental que todos “**os Estados Membros criminalizem todos os tipos de abuso sexual de crianças**” e, por outro lado, que todos os cidadãos europeus que cometam crimes sexuais contra crianças,

dentro ou fora da União, sejam “**abrangidos por uma lei penal de natureza extraterritorial comum a toda a União Europeia**.”

“**É importante assegurar que os autores de tais crimes não possam escapar às malhas da justiça**” afirma o Deputado do PSD.

De seguida, **Carlos Coelho**, demonstrou o seu apoio à revisão da Decisão-quadro, de forma a que esta possa garantir, pelo menos, o “**mesmo nível de protecção proporcionado pela Convenção do Conselho da Europa de 2007**” - que **é o primeiro instrumento jurídico internacional a classificar como crime as diferentes formas de abuso sexual de crianças**. A terminar lembrou ainda que, lamentavelmente, vários Estados Membros ainda não tenham procedido à sua assinatura.

Carlos Coelho pede auditoria independente

ao Sistema de Informações de Schengen de 2ª Geração

Carlos Coelho defendeu a “**rápida entrada em funções do SIS-II que devia ter ocorrido já em 2007**”. A segunda geração do SIS representa uma abordagem comunitária da necessidade de **reforçar a segurança nas fronteiras externas** e comporta inovações importantes como os dados biométricos e a interligação dos alertas.”

No entanto, **Carlos Coelho** lembrou que essa entrada em funções só poderá ocorrer quando “**tivermos um sistema robusto e a funcionar plenamente 24/24 horas em 7/7 dias**.” Segundo o Deputado do PSD, chegou o momento de proceder a “**uma avaliação profunda da situação, apurar responsabilidades e encontrar as soluções que permitam dar viabilidade técnica a este projecto e restaurar a sua credibilidade** já tão fragilizada.”

No ano passado, vários testes foram feitos e o resultado final foi negativo, nomeadamente o Operational system test. O Conselho e a

Comissão decidiram estabelecer um prazo de 4 meses, na tentativa de conseguir resolver os problemas existentes, embora sem grande sucesso, como se pode constatar nos resultados obtidos em Dezembro de 2008, com a repetição dos testes.

Carlos Coelho reconheceu que algumas melhorias foram feitas, mas, permaneceram tanto quanto sabemos, grandes problemas ao nível da “**performance e robustez** do sistema, do **extravio de mensagens**, da **qualidade dos dados** e do processo de **sincronização entre as cópias nacionais e o sistema central**. **O SIS II nunca poderá iniciar operações sem que estes problemas estejam resolvidos**.”

De seguida **Carlos Coelho** expressou as suas **dúvidas sobre a “capacidade da empresa contratada (STERIA) num período tão reduzido de tempo resolver todos os problemas que não conseguiu resolver antes com mais tempo”** e pediu mesmo uma “**audito-**

ria independente ao projecto para **apurar responsabilidades**.”

Carlos Coelho referiu não ter “**objecções ao cenário técnico alternativo da evolução do SISON4ALL para o SIS II com a condição de ser plenamente respeitado o quadro legal aprovado para o SIS-II**.”

Segundo o Deputado do PSD, no final de Março deverá ser “**apresentado um relatório de avaliação e comparação dos dois cenários**. **O Parlamento quer ter acesso a este estudo**, bem como ser informado sobre a nova direcção a dar ao projecto, qual o nível de confiança existente ao nível técnico, bem como as **implicações ao nível jurídico, o novo calendário e o impacto orçamental**.”

A terminar, **Carlos Coelho** chamou ainda a atenção, tanto ao Conselho, como à Comissão, que, especialmente numa fase tão crítica como esta, é essencial que “**exista a maior transparência em todo este processo**.”



Carlos Coelho defende

medidas que protejam os animais de companhia



O Eurodeputado Carlos Coelho do PSD assinou em Bruxelas, com outros Deputados ao Parlamento Europeu sobre o bem-estar dos animais de companhia e dos animais errantes.

Nesta Declaração, os Deputados pedem à Comissão e ao Conselho para a adoptar medidas que visem a assegurar que os Estados-Membros responsabilizem as pessoas que abandonam ou maltratam um animal de companhia ou errante, pedindo também aos Estados-Membros que criem um sistema de gestão nacional de recolha, esterilização e vacinação.

Danuta Hubner responde

a Sérgio Marques e anuncia estudo sobre impacto da Coesão para 2010

Na sua resposta, Danuta Hubner lembrou as preocupações manifestadas por ocasião da XIII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, e anunciou que a "Comissão tenciona publicar o Quinto Relatório sobre a Coesão em 2010, incluindo uma análise sobre os resultados alcançados pelas regiões ultraperiféricas num contexto relativo." E acrescentou que o Livro Verde entretanto apresentado sobre a "Coesão Territorial, que foi objecto de consulta pública, contém uma referência específica à situação das regiões ultraperiféricas."



Carlos Coelho exige

uma Gestão Responsável das Fronteiras na UE



De acordo com o eurodeputado, a "falta de uma avaliação sobre a sua efectiva necessidade, os custos subjacentes, bem como a possibilidade de eventuais interdependências, ou mesmo duplicações e incoerências com outros sistemas e instrumentos já existentes ou em preparação" é "preocupante".

O eurodeputado afirma que é essencial "uma verdadeira gestão integrada das fronteiras", e que esta deverá passar – por exemplo – por "se criar um programa de viajantes registados (PVR), que poderá contribuir para acelerar os fluxos de viajantes, poupando tempo de espera nos pontos de entrada e saída."

Carlos Coelho defende que é essencial que "a protecção dos direitos fundamentais dos indivíduos é tida em conta da forma mais adequada", e em simultâneo que os novos instrumentos de gestão de fronteiras que possam vir a ser criados sejam devidamente estudados.

Carlos Coelho sublinhou que os controlos das fronteiras têm de zelar pela segurança mas devem, igualmente, fomentar a mobilidade e assegurar a passagem facilitada para todos os que o fazem de forma legal.

Sérgio Marques escreve carta a Ministro dos Transportes

defendendo urgência na notificação a Bruxelas do sistema de ajudas aos residentes que utilizem o transporte marítimo

O Deputado Europeu do PSD, Sérgio Marques, enviou uma carta ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na qual pede urgência na notificação a Bruxelas do sistema de ajudas aos residentes que utilizem o transporte marítimo.

Desde que este meio de transporte foi reactivado, após um interregno de mais de duas décadas, muitos são os madeirenses que têm recorrido ao transporte marítimo em vez do aéreo.

O Eurodeputado defende que a criação de alternativas ao transporte aéreo dinamizará o mercado de transporte de passageiros para a Madeira, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento dos sistemas de transporte marítimo.

Sérgio Marques referiu também as vantagens do transporte marítimo, cujas emissões de gases com efeito de estufa são muito inferiores às do sector dos transportes aéreos, preconizando-se assim como um meio de transporte mais amigo do ambiente.



Suspensão do desmantelamento sistema de quotas leiteiras:

propõe Duarte Freitas à Comissão Europeia



Segundo Duarte Freitas, "quando, em Março de 2008, foi decidido aumentar em 2% as quotas leiteiras, ainda não se perspectivava a crise financeira e económica mundial, mas era claro que aquele aumento significava o início do desmantelamento do sistema de quotas e uma descida de preços aos produtores."

Para o Deputado Europeu, "em Dezembro passado, quando foi confirmada a continuação do desmantelamento do sistema de quotas leiteiras no âmbito do Health Check da Política Agrícola Comum, já havia conhecimento das consequências da decisão do aumento de Março e também já se estava em plena crise internacional."

Referiu ainda o Deputado - que foi sempre contra estas decisões - que "neste momento o efeito conjunto da liberalização das quotas e da baixa de consumo, provocada pela crise económica, fez com que os preços aos produtores te-

nam baixado a níveis que colocam em causa muitas explorações agrícolas em particular em zonas desfavorecidas."

A própria Comissão Europeia já reconheceu o problema grave que enfrentamos, razão pela qual reintroduziu as ajudas à armazenagem privada na manteiga e as restituições para a manteiga, queijo e leite em pó, para além da intervenção nestes produtos.

O Deputado Europeu acrescentou que "será da máxima importância repensar todas as decisões recentes sobre as quotas leiteiras, nomeadamente a abolição do sistema de quotas e as formas de apoiar e garantir o rendimento dos produtores."

Esta situação é de grande relevância para o sector leiteiro português, que tem sido muito penalizado pela actuação do Governo, por nunca ter considerado o sector prioritário e por não ter defendido até às últimas instâncias o sistema de quotas que, consensualmente, é tido como positivo para Portugal.

Duarte Freitas considera desequilibrada

a proposta da Comissão Europeia para o controlo da política comum das pescas

A limitação e o controlo dos volumes de capturas mediante a fixação de totais admissíveis de capturas (TAC) e de quotas nacionais, bem como os normativos de medidas técnicas e regimes de esforço de pesca, constituem os elementos fundamentais da actual política comum das pescas (PCP).

A política comunitária de controlo das pescas constitui a pedra angular da PCP, já que é da sua execução efectiva que depende a credibilidade desta última.

“Pese embora o reconhecimento da necessidade de criar uma cultura de cumprimento das normas da Política Comum das Pescas e fazer evoluir o sistema de controlo, em particular com vista a garantir a sua aplicação de forma equitativa a todas as frotas europeias, a actual proposta de Regulamento do Conselho da Comissão, que pretende instituir um regime comunitário de controlo, apresenta algumas dificuldades e, numa análise custo benefício, apresenta soluções nem sempre equilibradas, que se traduzem em aumentos importantes da carga administrativa e dos custos, quer para as Administrações Nacionais, quer para os agentes.”

Esta é a opinião do Deputado Europeu Duarte Freitas que considera “fundamental que o sistema de controlo da pesca se torne mais eficiente, a bem do desenvolvimento sustentado do sector”.

Para Duarte Freitas, “apesar de alguns progressos pontuais, o regime de controlo continua a padecer de diversas deficiências graves, já identificadas aliás pela Comissão Europeia, e pelo Tribunal de Contas Europeu.”

Duarte Freitas considera que “o actual regime de controlo é ineficiente, dispendioso e complexo e não produz os resul-

tados desejados. As falhas constantes da política de controlo terão consequências graves para o futuro dos recursos haliéuticos, o sector das pescas e as regiões que dele dependem.”

Apesar de considerar positiva esta proposta da Comissão Europeia, Duarte Freitas considera-a “desequilibrada e em alguns casos surpreendentemente desajustada da realidade”

A título de exemplo, Duarte Freitas considera “Inaceitável que os destinatários (sector de pesca) dos apoios estruturais previstos no FEP, sejam excluídos de qualquer benefício a que se candidatem, por incumprimento de obrigações de entidades públicas, cuja função e desempenho não têm por dever controlar.”



Duarte Freitas explicou que “se o Estado Membro falhar no seu dever de garantir o cumprimento e a aplicação das regras relativas à conservação, controlo, inspecção ou à execução da política comum das pescas que estejam relacionadas ou tenham um impacto na eficácia das medidas a financiar e de gerir e manter para este fim um regime eficaz de inspecção, monitorização, vigilância e execução, essa ineficiência não deverá nunca ter reflexo directo sobre o sector, no âmbito dos apoios do Fundo Europeu das Pescas.”

Duarte Freitas elaborou um conjunto de doze propostas de alteração a este documento que considera “essenciais para a razoabilidade dos objectivos que a Comissão Europeia e todos pretendemos atingir”.

Parlamento Europeu baixa custo das chamadas, SMS e Internet no estrangeiro



O Parlamento Europeu aprovou um relatório que vem impor **tectos máximos aos preços em comunicações electrónicas no estrangeiro** e que contou com o apoio do Deputado do PSD Carlos Coelho. Saiba mais sobre este tema no Dossier disponível em <http://www.carloscoelho.eu/dossiers/roaming/default.asp?submenu=20>

Sublinhando discordar, por princípio, “que seja o legislador a intervir no mercado e a fixar os preços”, cabendo ao próprio mercado “definir os seus próprios preços” Carlos Coelho justifica que a intervenção do Parlamento Europeu para fixar tarifas máximas “é uma prática de sã concorrência”,

pois esta medida “visa fixar tarifas máximas abaixo das quais os operadores de telecomunicações são agora obrigados a competir”.

Carlos Coelho sublinhou ainda que votou no sentido de que “esta regulamentação não se limite apenas às chamadas feitas ou recebidas, mas contemple igualmente SMS e dados em roaming”, como os serviços de internet no estrangeiro, mencionando que “uma UE que promove a liberdade de circulação dos seus cidadãos não se coaduna que as regras de mercado findem ou se limitem ao passar de uma fronteira”.

Lembrando que “hoje em dia, a esmagadora maioria dos cidadãos continuam a ter alguma relutância em usar os telemóveis, quando estão fora do país de **receio da factura de roaming**”, Carlos Coelho sublinhou que o relatório reforça “em simultâneo as regras de **transparência a nível dos preços**”.

O Deputado considerou este “um exemplo concreto sobre a forma como a UE está no nosso dia-a-dia”, fazendo votos para que ao “regressarem das férias ou de uma deslocação profissional ao estrangeiro, os cidadãos europeus lembrar-se-ão de que a **redução do montante da factura de telemóvel se deve a UE**”.

Relatório de Silva Peneda sobre a Agenda Social

Renovada aprovado na Comissão de Emprego do Parlamento Europeu

"Esta crise não pode servir de pretexto para reduzir despesas sociais"
José Silva Peneda

Membros da União Europeia **já estavam defrontados com obstáculos sociais de monta** que resultam de **um fraco crescimento económico**, de uma **situação demográfica explosiva** e de dificuldades em conviver com uma economia mundial cada vez mais globalizada".

"Perante a actual crise social e se nada for feito, associado ao aumento do desemprego, surgirá um **aumento da pobreza**, mais **fenómenos de exclusão social**, mais **insegurança**, mais **criminalidade** e mais **desconfiança**"

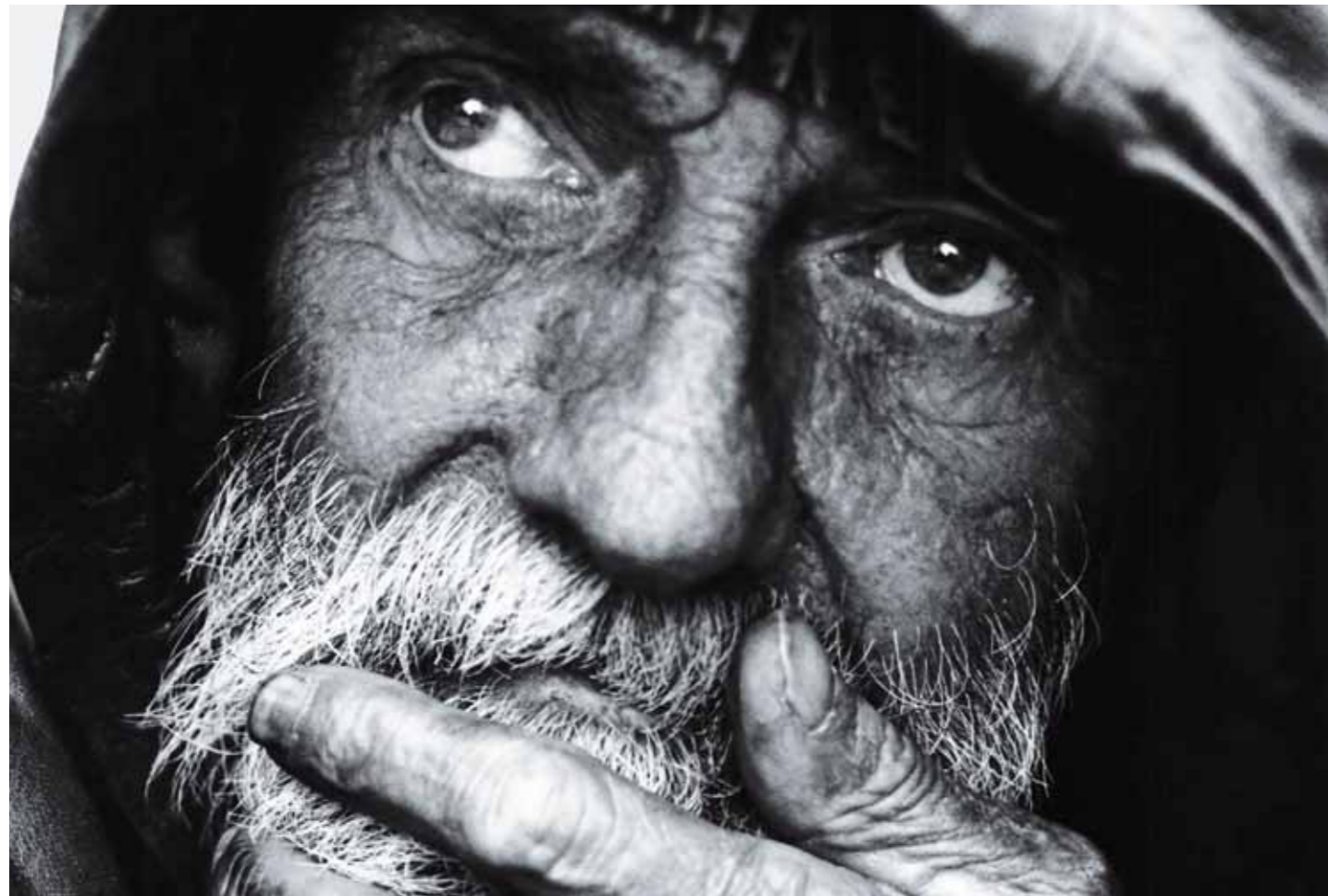
Uma das ideias força do relatório Silva Peneda

é que "com o contexto envolvente da actual crise há que dizer de uma forma muito clara que precisamos de uma Europa onde as políticas sociais sejam ainda mais fortes. Este é um ponto fundamental porque pode estar em causa a sobrevivência da paz social".

Sobre este ponto Silva Peneda é muito claro quando diz que **esta crise não pode servir de pretexto para "reduzir despesas sociais"**, mas acrescenta que "se este não é o tempo de fazer cortes nas despesas sociais, é o tempo de continuar, de forma decidida, a implementar as reformas estruturais necessárias".

A Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu aprovou, por esmagadora maioria, o Relatório da autoria do Deputado europeu do PSD, José Silva Peneda sobre a Agenda Social Renovada (Social Package)

No seu Relatório, Silva Peneda afirma que "mesmo antes da actual crise os Estados



Parlamento Europeu aprova o 3º Pacote Energia

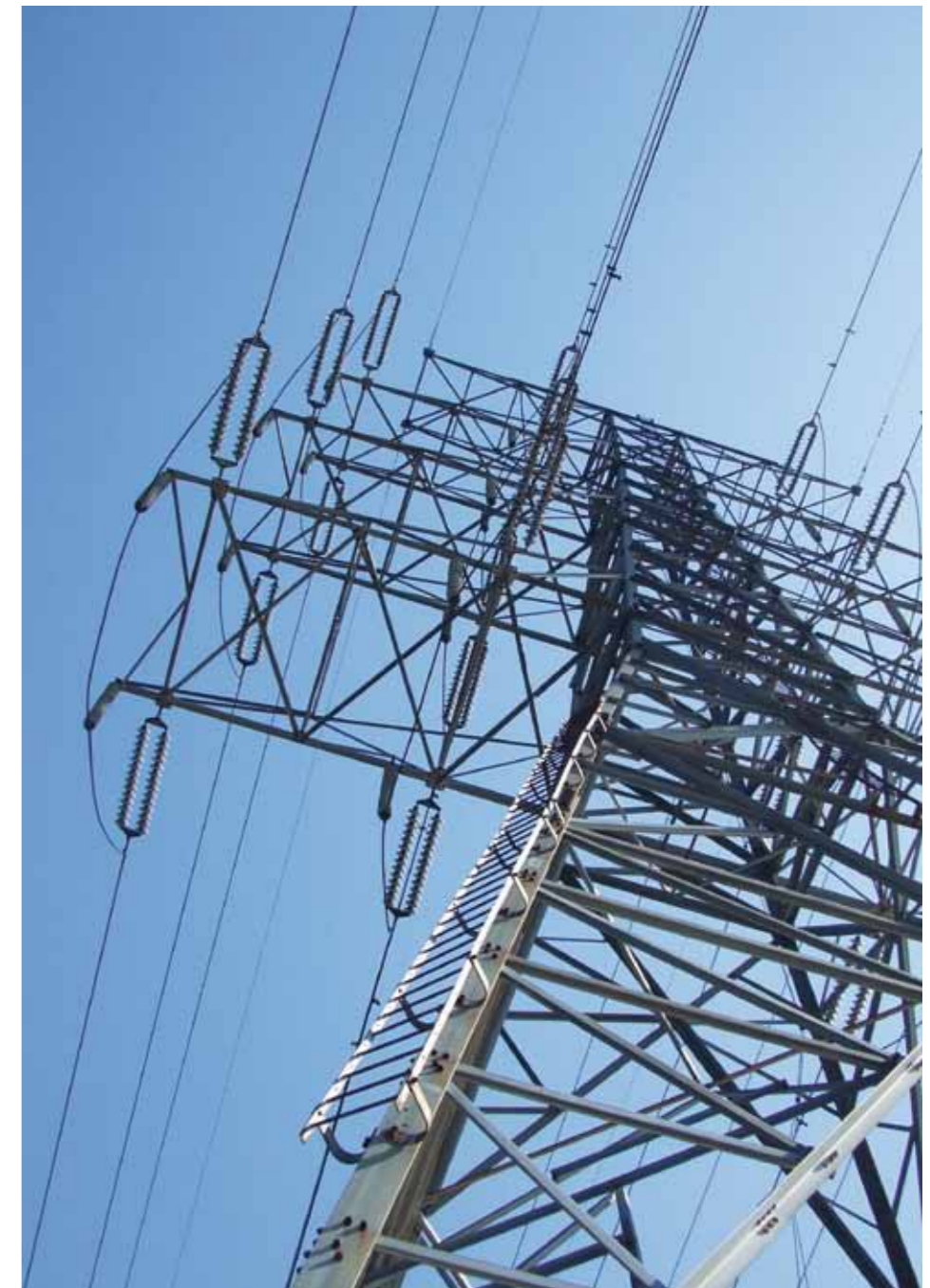
com o apoio dos Deputados do PSD



O PE aprovou o 3º Pacote Energia, composto por cinco relatórios que abordam o acesso às redes de gás natural e electricidade, a regulação do seu mercado interno e um plano para uma agência europeia de cooperação de Reguladores dos mercados de Energia.

O Deputado do PSD Carlos Coelho, aplaudiu a aprovação destes Relatórios em Sessão Plenária, pois considera que "é mais um passo importante para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da Europa".

Com este Pacote, saiem reforçadas as regras para o estabelecimento de melhores ligações entre redes eléctricas, a **existência de Reguladores fortes e idóneos que garantam a transparência do mercado** e para a cooperação transnacional, sendo estes alguns dos factores que garantem que os consumidores finais possam vir a usufruir de um serviço verdadeiramente justo e competitivo e contribuir para que o mercado europeu da electricidade e do gás natural seja mais justo, dinâmico e sustentável.



Sérgio Marques quer resposta europeia

específica para as RUP's no combate à crise



Teve lugar no Parlamento Europeu um **debate de fundo** sobre o tema da **coesão territorial e o futuro da política de coesão**, que contou com a intervenção do Deputado europeu do PSD, **Sérgio Marques**, e onde participou também a **Comissária Europeia do Desenvolvimento Regional Danuta Hubner**. **Sérgio Marques defendeu medidas de resposta à crise, dirigidas especialmente para as RUP's.**

Na sua intervenção, **Sérgio Marques**, recordou a *"problemática muito específica das Regiões Ultraperiféricas"* lembrando a sua *"grande vulnerabilidade económica e social, particularmente sentida em contextos de grave crise internacional como é aquela que vivemos actualmente"*. **Sérgio Marques** apelou à **Comissária Hubner** para *"prestar uma atenção muito particular aos efeitos da ACTUAL CRISE nas Regiões Ultraperiféricas."*

O **Deputado do PSD** pediu *"uma avaliação dos efeitos da crise em cada uma das Regiões Ultraperiféricas nomeadamente no turismo, no comércio, na construção e no au-*

mento do desemprego" já que esta avaliação é um instrumento essencial para *"permitir uma resposta europeia específica para estas Regiões"*, defendeu **Sérgio Marques** que de seguida desafiou a Comissão Europeia a *"preparar uma resposta europeia à crise para as Regiões Ultraperiféricas que vá além das já anunciadas medidas no âmbito da política de coesão económica e social para a generalidade das Regiões Europeias."*

Para o Deputado madeirense as medidas já anunciadas *"são importantes para as Regiões Ultraperiféricas mas não são suficientes."*

Sérgio Marques concluiu a sua intervenção referindo que medidas europeias de combate à crise, específicas para as RUP's têm plena justificação face ao *"princípio da coesão territorial que impõe uma particular atenção ao fenómeno da diversidade territorial de que as Regiões Ultraperiféricas são o exemplo mais extremo, mas também face ao princípio da ultraperiferia consagrado no artigo 299 n.º 2 dos Tratados que reconhece a necessidade dum tratamento específico para estas Regiões."*

Entre as medidas já anunciadas pela Comissão Europeia, para a generalidade das regiões, no âmbito da política de coesão, e a que **Sérgio Marques** fez referência na sua intervenção, realçam-se:

- **antecipação dos adiantamentos relativos aos programas apoiados** pelos fundos estruturais, que no caso da **Madeira** representará uma antecipação de **11 milhões de euros**;
- **antecipação dos pagamentos** relativos aos chamados **"grandes projectos"**;
- **pagamento "à cabeça" da integridade dos montantes das ajudas de estado** e incentivos comunitários atribuídos às PME's, em vez de 35% como até agora acontecia;
- possibilidade de **alteração das prioridades definidas nos programas de execução** dos Fundos Estruturais de modo a ajustar as prioridades às necessidades decorrentes da actual crise.